

NOTÍCIAS DA  
FEDERAÇÃO

março 2013

Diretor João Dias da Silva



por de uma **escola** para todos  
qualidade

Mais cortes na educação? **Não!**

## FNE SUGERE CRIAÇÃO DE BOLSA DE RECRUTAMENTO DE PROFESSORES



Uma delegação da FNE, liderada pelo secretário-geral, João Dias Silva, reuniu no passado dia 13 de fevereiro com o presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), para tratar uma série de questões relativas ao concurso recentemente lançado por este Instituto para preenchimento de necessidades de formadores.

No encontro, a FNE sugeriu que se substitua o mecanismo de concurso agora adotado pela criação de uma bolsa de recrutamento para docentes, semelhante à que o MEC utiliza para necessidades não permanentes do

sistema educativo. Um instrumento que permitiria agilizar o processo, uma vez que os concursos promovidos pelo IEFP não coincidem com o ano letivo.

Nesta reunião houve ainda oportunidade para alertar o IEFP para o curto prazo do concurso de professores e ainda para várias dúvidas que se geraram pela utilização da plataforma dos concursos de MEC. A FNE considera positiva a rentabilização de recursos entre o IEFP e o MEC, mas alertou para a necessidade, no futuro, a informação disponível ser mais clara e mais completa.

A garantia do reconhecimento, para todos os efeitos legais, de todo o tempo de serviço prestado no IEFP, a garantia de que para efeitos de progressão na carreira a avaliação do IEFP seja reconhecida pelo MEC e a necessidade de ver reconhecida a atribuição de subsídio de desemprego aos professores contratados ao abrigo do IEFP foram outras das questões levantadas pela FNE.

Fizemos ainda eco das considerações feitas pelos professores em relação às entrevistas, quer quanto ao modo como as mesmas têm decorrido, quer quanto ao peso que as mesmas têm na classificação final da candidatura.

Foi ainda questionado o procedimento a adotar em relação aos professores que são candidatas a mais do que uma vaga, tendo sido considerado útil que em próximas oportunidades os candidatos possam priorizar as suas preferências. De qualquer modo, em relação à situação atual, em que não houve priorização das preferências, vai haver a preocupação de os consultar previamente à colocação.

## FNE ALERTOU PARA OS RISCOS NA INTRODUÇÃO DE PROPINA NO EPE



A Federação Nacional da Educação (FNE) reuniu, no passado dia 23 de janeiro, com o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, com uma agenda onde constavam várias preocupações que estão a gerar um clima de insegurança na comunidade de professores de Português no estrangeiro.

Nesta reunião a FNE alertou a tutela para os riscos associados à

introdução de uma propina de 120 euros no ensino de português no estrangeiro, nomeadamente, o risco de uma quebra de até 20 por cento nas matrículas no próximo ano letivo.

“A leitura que fazemos da reação das pessoas é que [a introdução da propina] pode representar uma quebra em alguns lugares de 20 por cento no número de alunos no ensino de português”, afirmou João Dias da Silva, secretário-geral da FNE, no final do encontro.

O secretário-geral da FNE alertou ainda para o facto de uma quebra nas matrículas de alunos implicaria também menos trabalho para os professores de português no estrangeiro.

Nesta reunião com o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas estiveram presentes: o secretário-geral da FNE, João Dias da Silva e a presidente do Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas, Teresa Soares.

### FICHA TÉCNICA NF

março 2013

#### proprietário

Federação Nacional da Educação

#### diretor

João Dias da Silva

#### editor

Pedro Barreiros

#### produção de conteúdos

Fátima Martins, José Ricardo, Paulo Amadeu e Lígia Couto

#### secretariado

Teresa Morais e Teresa Burnay

#### sindicatos membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte \* Sindicato dos Professores da Zona Centro \* Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo \* Sindicato Democrático dos Professores do Sul \* Sindicato Democrático dos Professores dos Açores \* Sindicato Democrático dos Professores da Madeira \* Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas \* Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte \* Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro \* Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

#### departamento

administrativo e financeiro  
Joaquim Fernandes

#### redação

Rua Costa Cabral, 1035 \*  
4200-226 Porto \* tel.  
225073880 \* fax. 225092906  
\* secretariado@fne.pt

#### produção gráfica e

paginação  
Rafael Marques

#### impressão

Gráfica Maiadouro

#### distribuição

FNE

#### tiragem

21.000 exemplares

## ÍNDICE

3 - EDITORIAL • 4 - CORTAR NA EDUCAÇÃO É UM ERRO AFIRMOU MANUELA FERREIRA LEITE • 5 - SINDICATOS DA FNE ENTREGARAM AÇÕES EM TRIBUNAL • 6 - FNE ENTREGOU NO MEC RESOLUÇÃO QUE APELA AO CONSENSO NA EDUCAÇÃO | ALERTA PÚBLICO CONTRA OS CORTES NA EDUCAÇÃO OUVIU-SE NA 5 DE OUTUBRO • 7 A 14 - RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DA FNE • 15 - RESOLUÇÃO DA FNE OBTÉM OS PRIMEIROS RESULTADOS • 16 - O STRESS NOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A INDISCIPLINA E A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS • 17 - LEVAMOS AO MEC VÁRIAS PROPOSTAS SOBRE ORGANIZAÇÃO DO PRÓXIMO ANO LETIVO • 18 - SINDICATOS DE TODO O MUNDO DISCUTIRAM O FUTURO DA EDUCAÇÃO • 19 - IMPASSE NO SETOR PRIVADO DE EDUCAÇÃO

# Editorial



## O FUTURO EXIGE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS E COM SOLUÇÕES CONSENSUAIS

Portugal continua a viver tempos difíceis.

As estratégias orçamentais adotadas pelos governos têm-se revelado ineficazes para conseguirem a travagem da recessão e a inversão do ciclo económico.

Em vez de promoverem crescimento, desenvolvimento e emprego, as políticas económicas têm-se limitado a somar austeridade à austeridade, o que se tem traduzido em diminuição do valor das remunerações e das pensões, em congelamento do desenvolvimento das carreiras, em desemprego, em limitação das funções do Estado Social e em diminuição dos direitos laborais.

É urgente mudar de rumo! É urgente mudar de políticas!

O Secretariado Nacional da FNE aprovou no dia 5 de fevereiro uma resolução que constitui um alerta público quanto a estas exigências e que insiste na obrigação de toda a Sociedade impor que o Estado não se demita das suas responsabilidades em termos de uma Educação de qualidade para todos.

A FNE tem vindo a disseminar estas suas preocupações e propostas, tendo vindo a reunir, não só com os Partidos Políticos, mas também com outras Entidades. Satisfaz-nos verificar que conseguimos reunir um amplo consenso em torno das questões essenciais que constituem o nosso documento. Consideramos que a consequência desta nossa ação deve ainda traduzir-se em outras iniciativas, nomeadamente em ações que envolvam os diferentes Parceiros Educativos na promoção dos ideais que defendemos. Do que não desistimos é de agir.

Para que Portugal consiga a ambição estratégica de promover os mais altos níveis de qualificação escolar e profissional dos seus jovens e dos seus adultos, combatendo os elevados níveis de abandono escolar que persistem, é essencial mobilizar os recursos humanos e financeiros adequados, sem deixar de combater os desperdícios e procurando seguir critérios de eficácia e de eficiência.

Para esta tarefa, é imprescindível valorizar e dignificar todos quantos trabalham em Educação, Educadores de Infância, Professores, Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais. E isto não se consegue com ameaças mais ou menos veladas de despedimento ou de mobilidade especial, de crescimento de horário de trabalho, de eliminação das reduções da componente letiva. É preciso ser claro e mobilizador das pessoas, definindo objetivos e reconhecendo os caminhos que devem, ser percorridos para que estes possam ser atingidos. É preciso que as pessoas confiem e tenham esperança!

O nosso futuro não nos deixa margem para ter dúvidas quanto ao carácter estratégico da Educação e da Formação, concretizada com altos padrões de qualidade, mas também com uma forte exigência ética de equidade.

Por nós, não desistimos destes princípios.

---

João Dias da Silva  
Secretário-Geral

# fne



## CORTAR NA EDUCAÇÃO É UM ERRO AFIRMOU MANUELA FERREIRA LEITE



O Secretariado Nacional da FNE reuniu no passado dia 16 de janeiro em Lisboa e, no espaço dedicado à análise da situação económica e social, contou com a presença de Manuela Ferreira Leite. A ex-ministra da Educação defendeu que cortar na Educação é um erro. “Não vamos conseguir crescer e desenvolver a nossa economia sem pessoas qualificadas”, argumentou. Manuela Ferreira Leite falava para uma plateia de dirigentes sindicais e alertou para o perigo que o fenómeno da emigração acarreta, sublinhando que não faz sentido que, diariamente, estejam a abandonar o país jovens altamente qualificados e que vão fazer muita falta no futuro.

Ao longo de perto de duas horas, foi possível ficar a conhecer a visão da ex-ministra do ponto de vista económico, social e político. Uma conversa informal que serviu ainda para analisar o futuro do setor da Educação em Portugal. O debate centrou-se nas principais preocupações face à crise, nomeadamente, no que diz respeito aos cortes previstos para o setor.

Manuela Ferreira Leite admitiu a necessidade de serem feitos alguns ajustamentos na Educação, nomeadamente face à diminuição da população escolar, mas que não deve ser colocado em causa o objetivo da formação e qualificação dos nossos jovens.



# SINDICATOS DA FNE ENTREGARAM AÇÕES EM TRIBUNAL

Foram entregues nos dias 22 e 23 de janeiro nos tribunais administrativos de Lisboa, Beja, Funchal e Porto um conjunto de ações judiciais com vista a ver reconhecido o direito à vinculação definitiva de professores que têm sido sucessivamente contratados a prazo. O objetivo é exigir a integração nos quadros dos professores contratados a termo há mais de 3 anos consecutivos e com horário completo.



TRIBUNAL ADMINISTRATIVO  
DE CÍRCULO DE LISBOA



TRIBUNAL ADMINISTRATIVO  
E FISCAL DE BEJA

No dia 22 de janeiro foram entregues as ações interpostas pelo Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo e pelo Sindicato Democrático dos Professores do Sul, respetivamente, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja.

A 23 de janeiro deram entrada as ações interpostas pelo Sindicato Democrático dos Professores da Madeira, no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal e pelo Sindicato dos Professores da Zona Norte, no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.



TRIBUNAL ADMINISTRATIVO  
E FISCAL DO FUNCHAL



TRIBUNAL ADMINISTRATIVO  
E FISCAL DO PORTO

A FNE pretende com esta iniciativa corrigir uma situação de precariedade que grassa na profissão docente, contrariando diretivas europeias, normas do Código de Trabalho e o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

A FNE considera que deste modo estão criadas condições para, através da justiça, limitar a contratação a termo e evitar o uso abusivo da figura da contratação violando claramente o conceito de necessidades temporárias ou residuais.



## LEGISLAÇÃO

### O que é a aposentação antecipada e quando é que se pode requerer?

A aposentação antecipada, que é uma aposentação voluntária, verifica-se quando o subscritor conte, pelo menos, 55 anos de idade, desde que à data em que perfaça esta idade, tenha completado 30 anos ou mais de serviço, sofrendo no entanto uma penalização de 0,5% por cada mês o que perfaz um valor total de 6% por cada ano de antecipação.

Poderá consultar legislação de educação em: <http://www.fne.pt/content/blog/show/s/7>

Para mais informações consulte o sindicato da FNE da sua área geográfica.

## FNE ENTREGOU NO MEC RESOLUÇÃO QUE APELA AO CONSENSO NA EDUCAÇÃO

### ALERTA PÚBLICO CONTRA OS CORTES NA EDUCAÇÃO OUVIU-SE NA 5 DE OUTUBRO

Foi entregue no passado dia 5 de fevereiro no Ministério da Educação e Ciência a resolução aprovada, por unanimidade, em reunião extraordinária do secretariado nacional da FNE. A iniciativa, de Alerta Público contra os cortes na Educação, ficou marcada ainda por uma concentração de dirigentes da FNE à porta do MEC, na 5 de Outubro e culminou com uma conferência de imprensa no local, onde foi divulgado aos jornalistas o teor do documento do secretariado nacional.

A resolução lança um claro apelo ao consenso em torno das questões da Educação. No texto é apresentado um conjunto de sugestões de mudança das políticas educativas e é feito um alerta público para os problemas, as angústias e os grandes desafios do setor. O documento aponta caminhos para o futuro e apela a um amplo consenso social, capaz de unir todos os agentes em torno de um grande debate nacional sobre as respostas educativas necessárias a um sistema educativo com equidade.

### O relatório do FMI não serve os interesses de Portugal e da Educação

A resolução discutida e aprovada pelo Secretariado Nacional é bastante crítica das opções divulgadas pelo mais recente relatório do FMI. O SN considera que o relatório parte de pressupostos discutíveis, nuns casos, e inaceitáveis noutros, conduzindo a soluções irrealistas e inexecutáveis que merecem a denúncia e uma total rejeição. É um documento concebido por quem não conhece a realidade do país.

No documento, reiteramos a vontade de encontrar um consenso junto dos parceiros sociais, para exigir que o Estado não se demita da sua responsabilidade de garantir uma Educação de qualidade para todos.



### Dirigentes da FNE concentraram-se à porta do MEC

A iniciativa de 5 de fevereiro começou bem cedo, em Lisboa, com a reunião extraordinária do Secretariado Nacional da FNE. Mas o dia prometia ser longo para algumas dezenas de dirigentes que pretendiam levar por diante esta iniciativa de sensibilização da opinião pública. Após a reunião os membros do secretariado nacional seguiram rumo ao Ministério da Educação e Ciência, onde se concentraram à porta do edifício da Avenida 5 de Outubro. Dava-se assim início ao Alerta Público sob o lema “Mais cortes na Educação? Não!”. Com bandeiras e cartazes, os dirigentes davam corpo a uma iniciativa de sensibilização da sociedade, em geral, para os riscos de cortes cegos em Educação e para a urgência de um consenso nacional em torno da necessidade de investimento no setor. Em simultâneo, uma delegação constituída pelos presidentes dos diversos sindicatos e liderada pelo secretário-geral da FNE, João Dias da Silva, era recebida pelo secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, João Casanova de Almeida. Um breve encontro com a tutela onde a FNE entregou, em mão, a resolução do SN. João Casanova de Almeida garantiu, na altura, que iria fazer chegar o documento ao Ministro Nuno Crato.

A iniciativa terminou, ao final da tarde, com uma conferência de imprensa no local, onde o secretário-geral da FNE, João Dias da Silva, divulgou aos jornalistas o teor do documento e anunciou que a resolução que a FNE entregou no MEC iria também chegar ao Presidente da República, aos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República (AR), ao presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da AR, ao presidente do Conselho Económico e Social, ao provedor de Justiça, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e a outras organizações sindicais, entre outras entidades.



## 1. O Secretariado Nacional da FNE

**Considera que é extremamente** grave a situação social que os trabalhadores portugueses hoje vivem, em resultado acumulado de decisões que vêm sendo tomadas pelos governos ao longo dos últimos anos, e que têm consistido mais intensamente em reduções de salários e de pensões, e de direitos laborais;

**Considera** que essas decisões têm conduzido genericamente ao empobrecimento dos portugueses em geral, sob o argumento da regularização das dívidas acumuladas por efeito da realização de despesas ditas supérfluas, quer a nível das pessoas, quer das empresas, quer do Estado;

**Considera** que a atual grave situação está em riscos de se tornar ainda mais inaceitável, por efeito da execução do Orçamento do Estado para 2013, e ainda de injustas medidas complementares que têm vindo a ser anunciadas;

**Considera** que a aposta na mera austeridade como solução para os problemas económicos e financeiros se revela afinal como um caminho de via única em direção à recessão e a uma inaceitável tragédia para o futuro de Portugal como nação, de que são trágicos indicadores o aumento da emigração, com especial incidência entre os jovens mais qualificados, e o nível insustentável de desemprego;

**Considera** que se torna urgente a adoção de políticas diferentes que promovam o desenvolvimento, o crescimento e o emprego;

**Considera** que a educação e a formação são estratégicas em qualquer momento de desenvolvimento das nossas sociedades, e particularmente em momentos de crise, em que se torna essencial garantir o crescimento das qualificações escolares e profissionais dos portugueses de todas as idades, para uma estratégia nacional de competitividade;



**Considera** que Portugal está também confrontado com desafios muito grandes, em termos de educação e formação, ditados não só pelas razões internas, mas ainda no quadro de compromissos internacionais relevantes, nomeadamente a Estratégia Europa 2020;

**Considera** que o Estado não pode desresponsabilizar-se da concretização desses objetivos, nomeadamente ao nível da garantia da oferta de uma educação pública de qualidade para todos;

**Considera** que quaisquer decisões ao nível da Educação e da Formação exigem a valorização e dignificação de todos os profissionais do setor;

**Considera** que qualquer debate público sério sobre as funções do Estado, nomeadamente no que à Educação e Formação diz respeito, não pode ser realizado à luz de exigências de mera redução nominal de despesa.



## **2. O Secretariado Nacional da FNE**

**Regista** o notável crescimento das qualificações dos portugueses, realizado particularmente desde as últimas décadas do século XX até aos nossos dias, permitindo que num espaço de quarenta anos Portugal tivesse conseguido diminuir a enorme distância que nos separava dos países mais avançados;

**Sublinha** particularmente o atual índice de cobertura da oferta de educação para a infância;

**Assinala** as atuais taxas de frequência do ensino superior, que se aproximam das dos países mais desenvolvidos;

**Anota** os resultados e os progressos obtidos pelos alunos portugueses nos mais recentes estudos comparativos internacionais de idêntica natureza;

**Realça** os resultados positivos já alcançados ao nível do combate ao abandono escolar.

## **3. O Secretariado Nacional da FNE**

Considera que as soluções a tomar relativamente ao futuro da Educação e da Formação, quanto ao seu papel, lugar e dimensão, exigem um amplo consenso social, para que possam ser exequíveis e duradouras, pelo que se torna necessário que constituam uma unidade global e consensual que resulte de um grande debate nacional;

Considera que ainda há esforços significativos a desenvolver para melhorar os resultados do sistema educativo, para os alunos e para o país, o que significa continuar a combater o abandono escolar precoce e continuar a melhorar os resultados dos nossos alunos e as suas competências, elevando as taxas de conclusão do ensino secundário, áreas que são da inalienável responsabilidade do Estado;

Considera que há um aturado trabalho a desenvolver para aumentar as qualificações dos portugueses ativos, com mais de 24 anos de idade;

Considera que se torna imperioso o investimento numa alargada educação para a infância e o reforço da importância do 1º ciclo de escolaridade como fatores de redução de dificuldades escolares futuras; a determinação de conteúdos curriculares abrangentes, diversificados e de formação integral dos jovens ao nível dos ensinos básico e secundário, e ainda numa educação secundária de qualidade;

Considera que as medidas a adotar em relação à oferta do ensino superior não podem circunscrever-se a uma racionalização da rede de cursos ou de instituições, mas devem integrar perspetivas de mudanças qualitativas, nomeadamente em termos de resposta mais adequada e próxima às necessidades do país com vista ao seu desenvolvimento, bem como o incentivo à investigação, a programas de mobilidade, de ligação das instituições ao mundo do trabalho, e ainda de promoção do empreendedorismo e da inovação, devendo ainda aprofundar-se e melhorar-se a disponibilização de

informação relativa às taxas de empregabilidade dos diferentes cursos/instituições;

Considera que se torna necessário lançar medidas de alargamento das possibilidades de emprego para milhares de trabalhadores, através de acréscimos de formação;

Considera que há respostas educativas indispensáveis que devem integrar o sistema educativo português, em nome da equidade, do crescimento e do emprego, de forma a eliminar os determinismos sociais e territoriais que promovem desigualdades sociais e geográficas e que são fatores de perda de confiança entre parte da população;

Considera que a garantia da equidade do sistema educativo pressupõe a promoção de condições que permitam que as escolas apoiem todos os alunos no seu percurso escolar, de forma que todos atinjam níveis de sucesso que lhes permitam uma plena integração na sociedade como adultos ativos, responsáveis, críticos, o que significa a adoção de medidas complementares adequadas ao nível da educação especial;

Considera que não há nem justificação nem condições para um crescimento das propinas exigidas para a frequência do ensino superior estatal, tendo aliás em linha de conta os sinais preocupantes quanto aos níveis de abandono e desistência do ensino superior em resultado das dificuldades económicas das Famílias;

Considera ainda que não há razões para a introdução das taxas de frequência no Ensino Português no Estrangeiro, que mais não faz do que afastar os alunos portugueses da sua procura;

Considera que é essencial a aposta na autonomia que assenta na confiança nas pessoas e nas instituições;

Considera essencial que haja discurso, decisões e atitudes de valorização dos profissionais da Educação, mobilizando-os para as responsabilidades que têm.

#### 4. O Secretariado Nacional da FNE:

- discorda de vários documentos orientadores das políticas mais recentemente desenvolvidas em Portugal, destacando nesta oportunidade o relatório que o FMI recentemente elaborou a pedido do Governo português, como contributo para uma redução estrutural da despesa pública que tenha um efeito quantitativo até ao final de 2014 na ordem dos 4100 milhões de euros.

5. Para o Secretariado Nacional da FNE, este Relatório do FMI parte de pressupostos discutíveis, nuns casos, e inaceitáveis noutros, conduzindo a soluções irrealistas e inexequíveis que merecem a denúncia e uma total rejeição.

#### 6. O Secretariado Nacional da FNE intervirá:

- no debate público sobre as funções sociais do Estado, e particularmente em relação à Educação e Formação, mas recusa-se a fazê-lo com o mero objetivo de reduzir por reduzir a despesa pública. Para o efeito, os seus sindicatos membros realizarão em data a estabelecer em comum iniciativas de debate público, convidando para o efeito representantes de outros agentes sociais ligados à Educação, e que refletirão sobre o papel, o lugar e a dimensão da Educação entre as funções sociais do Estado, afirmando desde já que, para terem sucesso, relevância e durabilidade, quaisquer medidas que se adotem terão de se fundar num amplo consenso social.

#### 7. O Secretariado Nacional da FNE considera:

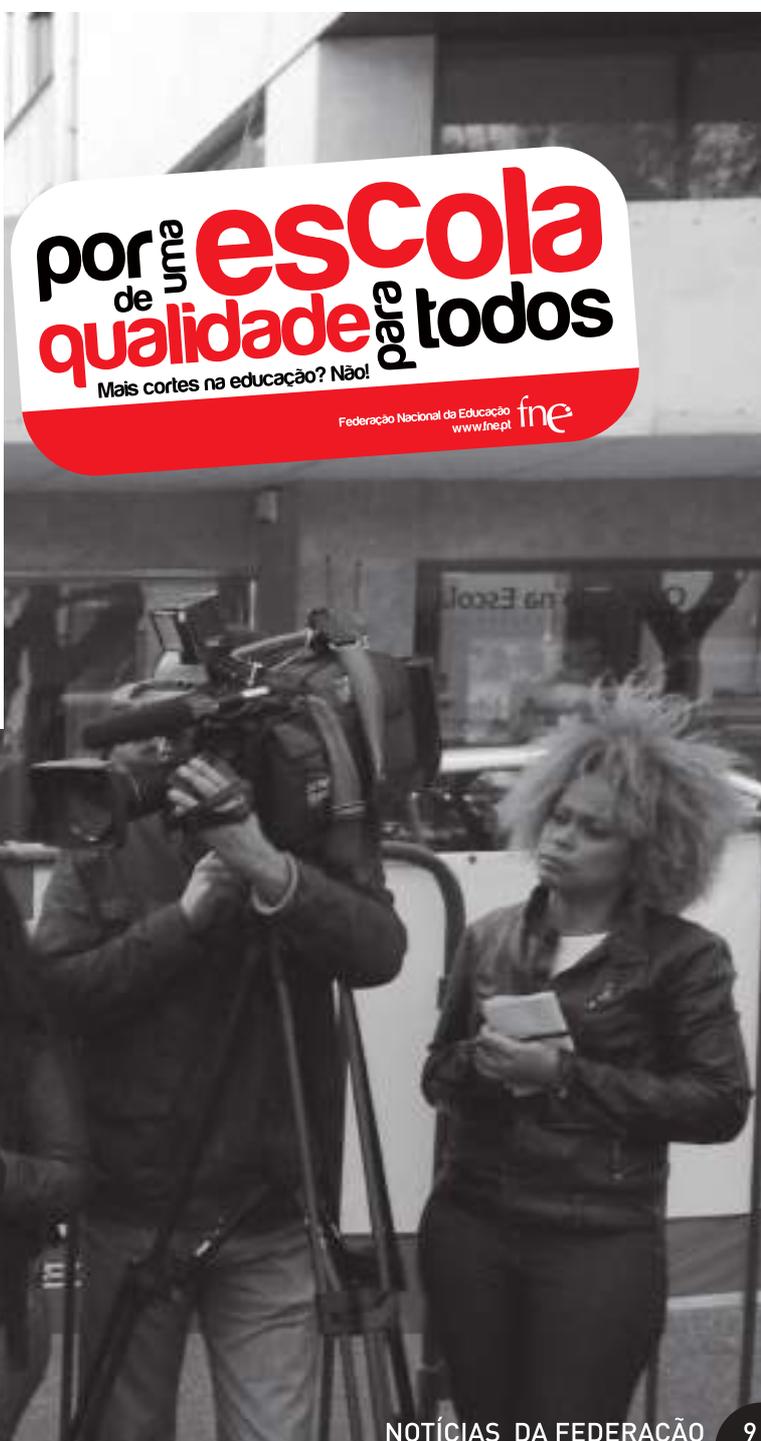
- que as questões da Educação e Formação que o preocupam não se resumem a problemas do exercício profissional, mas que têm uma abrangência que envolve toda a sociedade, pelo que dinamizará a realização das ações que forem ajustadas para que a este nível se registre um amplo consenso cívico que defenda uma escola de qualidade para todos, impedindo que se promovam novos cortes cegos na Educação. Para nós, mais cortes na Educação, não!

#### 8. O Secretariado Nacional da FNE delibera:

- rejeitar quaisquer medidas que sejam impostas unilateralmente em relação a um eventual crescimento do horário de trabalho dos Trabalhadores que representa ou a novas reduções salariais, ou ainda à imposição de mecanismos de mobilidade especial que mais não fazem do que configurar a figura do despedimento, impossível por imperativo constitucional.

#### 9. O Secretariado Nacional da FNE decide:

- dar a conhecer o mais urgentemente possível as suas preocupações a diversas Entidades, demonstrando que considera inaceitáveis medidas que ponham em causa uma oferta de Educação e Formação de qualidade para todos, declarando que não deixará de tomar as medidas e de realizar as ações públicas que considerar oportunas para as combater, no formato que em cada circunstância for considerado oportuno, e com o envolvimento de outras entidades/organizações.







LUTAMOS POR UMA ESCOLA PÚBLICA  
COM QUALIDADE, EXIGENTE E PARA TODOS!

da educação



**10. O Secretariado Nacional da FNE delibera ainda:**

**- proceder de imediato à entrega desta Resolução no Ministério da Educação, solicitar reuniões ou dar conhecimento do seu conteúdo, com caráter de urgência**

- :: aos Grupos Parlamentares, na Assembleia da República
- :: ao Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República
- :: à presidente do Conselho Nacional de Educação
- :: ao presidente do Conselho Económico e Social
- :: ao Provedor de Justiça
- :: ao Presidente do Conselho Nacional da Juventude
- :: à direção da ANMP
- :: à direção da CONFAP
- :: à direção da CNIPE
- :: à direção da AEEP
- :: à direção da CNIS
- :: à direção da UMP
- :: às direções das associações científicas de professores
- :: à UGT e aos seus Sindicatos membros
- :: às direções de outras organizações sindicais
- :: à Internacional da Educação



# Em síntese

1. **A FNE faz eco das preocupações e angústias** de milhares de Trabalhadores da Educação que todos os dias recebem notícias ameaçadoras sobre o seu futuro, sem que haja qualquer sinal ou de esperança num futuro melhor, ou de confiança nas pessoas e no seu potencial de mudança da sociedade.
2. **A FNE revê-se nas dificuldades que hoje milhares de famílias vivem em Portugal**, muitas delas como Trabalhadores da Educação com salários e pensões reduzidos, e muitos outros na situação de desempregados.
3. **A FNE afirma que a aposta na Educação e na Formação é estratégica, mesmo em tempo de crise**, e que não é justificável ou aceitável que se imponham mais cortes no setor da Educação e da Formação, ou que leituras discutíveis sobre a realidade da Educação em Portugal possam servir de sustentação para medidas inexequíveis e desajustadas, considerando que a opção política a realizar passa essencialmente pelo crescimento das receitas.
4. A FNE não aceita que uma análise do papel, do lugar e da dimensão da Educação e Formação em termos de futuro possa ser feita à luz da exigência de **cortes cegos** no peso da administração pública determinados sem consideração pela realidade nacional, histórica, culturalmente e socialmente construída.
5. A FNE congratula-se com os **excepcionais e incomparáveis progressos que Portugal realizou em termos de Educação e Formação** nos últimos quarenta anos, ainda recentemente confirmados por estudos internacionais que continuam a assinalar o crescimento dos níveis de competências dos alunos portugueses.
6. A FNE insiste na necessidade de se garantirem **respostas de qualidade e equidade** numa lógica de Educação e Formação ao Longo da Vida, sendo essencial promover, para além das respostas educativas escolares tradicionais, outros mecanismos de reconhecimento, validação e creditação de competências adquiridas em contexto de posto de trabalho, bem como os acréscimos de educação e formação que forem necessários ao crescimento dos níveis de qualificação dos portugueses.
7. A FNE está disponível para debater, ao lado de outros Parceiros Sociais e Entidades/Organizações, os princípios e a operacionalização das respostas educativas e formativas adequadas a **um futuro mais exigente e mais qualificado**, exigindo que o resultado final constitua uma seleção de opções coerentes, congruentes e com amplo apoio social, para que tenham exequibilidade e durabilidade.
8. A FNE exprime a sua convicção de que é essencial, **para melhorar os resultados escolares dos nossos alunos**, os seus níveis de competência, e consequentes resultados em termos de crescimento, desenvolvimento e emprego, que nos são impostos quer por exigências nacionais, quer por imperativo de programas definidos internacionalmente:
  - a. Aumentar os níveis de frequência de educação para a infância, particularmente para as crianças com menos de 3 anos de idade;
  - b. Investir no 1º ciclo do ensino básico e na melhoria dos resultados dos seus alunos;
  - c. Rever os currículos e programas dos ensinos básico e secundário, para um largo espectro de formações que considerem e valorizem as componentes científicas, técnicas, tecnológicas e artísticas, para além de garantir mecanismos de avaliação dos alunos que sejam simples e legíveis, que valorizem os progressos e que sejam compreensíveis pelas famílias, e ainda investir em programas de orientação escolar;

- d. Aumentar a frequência de um ensino secundário de qualidade para todos, reconhecendo e valorizando o ensino profissional;
  - e. Respeitar a diversidade dos alunos e dos seus ritmos de aprendizagem, com particular destaque para os alunos com necessidades educativas especiais, apoiando todos diferentemente, no caminho do direito ao sucesso obtido com equidade;
  - f. Apoiar a constituição de equipas multidisciplinares que atuem preventivamente em relação ao insucesso e à indisciplina;
  - g. Apostar na alta qualidade dos docentes, através de uma formação inicial e contínua exigente dos Educadores e Professores, bem como na seleção dos alunos para os cursos de formação inicial;
  - h. Centrar os docentes nas suas tarefas especializadas de trabalho com os seus alunos e por causa deles, libertando-os de exigências burocráticas inúteis, respeitando os limites do tempo de trabalho compatíveis com as exigências que a profissão impõe;
  - i. Respeitar a autonomia das pessoas e das instituições, depositando nelas a confiança e a responsabilidade que os mobilizam para as mudanças que forem necessárias, o que se deve traduzir ainda num esforço de simplificação e sistematização da legislação existente para o setor, bem como na revisão dos critérios de constituição e organização dos agrupamentos, privilegiando preocupações de ordem pedagógica;
  - j. Estabelecer mecanismos de avaliação dos Profissionais e das Escolas que sejam claros, justos, simples e não constituam acréscimos de trabalho administrativo e que privilegiem o âmbito pedagógico em relação às componentes administrativas.
9. A FNE vai procurar encontrar com outros Parceiros Sociais os **espaços de convergência em relação à exigência cívica de que o Estado não se demita da sua responsabilidade de garantir uma Educação de qualidade para todos**, nomeadamente no que diz respeito às exigências anteriormente enunciadas, para além de afirmar que não deixará de usar outras formas de intervenção pública com o mesmo objetivo.
10. A FNE exige que quaisquer medidas a adotar em Educação respeitem, dignifiquem e valorizem os Trabalhadores da Educação, Educadores, Professores, Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais, pelo que **rejeita quaisquer medidas que sejam impostas unilateralmente em relação a um eventual crescimento do horário de trabalho dos Trabalhadores que representa ou a novas reduções salariais, ou ainda à imposição de mecanismos de mobilidade especial.**



No âmbito da Resolução aprovada a 5 de fevereiro a FNE tem desenvolvido, nas últimas semanas, uma série de reuniões com diversas organizações e partidos políticos com o objetivo de dar a conhecer o teor do documento aprovado pelo Secretariado Nacional.

Depois de realizados os primeiros encontros constatamos uma clara sintonia com as principais preocupações que constam do documento.

## ALERTA PÚBLICO DA FNE

**15 de fevereiro**

- CONFAP



**19 de fevereiro**

- Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda  
 - Comissão de Educação Ciência e Cultura



**20 de fevereiro**

- Conselho Nacional da Educação  
 - Conselho Económico e Social



**21 de fevereiro**

- Grupo parlamentar do CDS-PP



**27 de fevereiro**

- Grupo parlamentar do PS  
 - Grupo parlamentar do PSD



## RESOLUÇÃO DA FNE OBTÉM OS PRIMEIROS RESULTADOS

O Ministério da Educação e Ciência comprometeu-se a avançar, em breve, com as negociações para alterar o regime jurídico de formação contínua dos professores. Esta era uma das matérias elencadas na Resolução do Secretariado Nacional, entregue à tutela no passado dia 5 de fevereiro, e que na reunião de hoje com o secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar, João Casanova de Almeida conheceu avanços significativos, com ao MEC a assumir a vontade de abrir um processo negocial nas próximas semanas.

Defendemos junto da tutela a necessidade de garantir o acesso de todos os docentes à formação contínua, clarificando, no entanto, os efeitos desta formação sobre a avaliação de desempenho. Consideramos fundamental que, numa altura em que se verifica o congelamento das progressões em carreira, o MEC defina, com clareza, quais são as exigências de futuro em matéria de formação contínua de professores.

Nesta reunião defendemos ainda que o Governo não se pode desresponsabilizar de garantir uma oferta educativa de qualidade e para todos. Alertamos o MEC para a necessidade de avançar, o quanto antes, com uma oferta educativa diversificada e com respostas educativas adequadas às exigências do setor da Educação.

O excesso de burocracia que ainda persiste nas escolas foi outros dos temas que mereceu destaque. A delegação da FNE, liderada pelo secretário-geral, João Dias da Silva, teve oportunidade de lembrar ao MEC que o trabalho dos professores se deve centrar, apenas, naquilo que são as competências de cariz pedagógico, retirando aos docentes tarefas inúteis e burocráticas que só servem para diminuir a eficácia dos processos de aprendizagem, esses sim, da responsabilidade dos professores.

De sublinhar ainda que o MEC voltou a afirmar que não haverá aumento do tempo de trabalho dos professores e que o regime de mobilidade especial não se aplica aos docentes.





## O STRESS NOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A INDISCIPLINA E A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

O stress entre os profissionais da educação atinge atualmente níveis preocupantes, como comprovam os resultados de um estudo comparativo realizado pela Sociedade Portuguesa de Inovação, no ano de 2011, englobando nove países da União Europeia, incluindo Portugal.

Neste estudo, Portugal foi o país a reunir os resultados mais elevados para a variável Conflito entre Trabalho e Família, indicando que a sobrecarga de tarefas sentida por estes profissionais não lhes permite conciliar, de forma eficaz, as exigências de ambos os contextos laboral e familiar. A dimensão de Exigências Quantitativas foi apresentada transversalmente pelos educadores dos diferentes países como um fator psicossocial relevante. Portugal reuniu ainda os resultados mais elevados da parceria relativamente às variáveis Stress e Burnout. As variáveis relacionadas com o Comportamento Ofensivo - níveis percebidos de Assédio Sexual, Ameaças de Violência, Violência Física e Bullying - apresentam resultados elevados na maioria dos países. Apesar disso, gestores sublinham que menos de 40% das instituições abordam estes aspetos (Inquérito ESENER22, 2010).

Conclui-se que o stress nas escolas é uma questão que ultrapassa largamente os contornos da vivência dentro da sala de aula, envolvendo diversas variáveis de carácter organizacional de todo o sistema educativo.

Acresce o facto de que, em múltiplas situações, este sofrimento psicológico é vivenciado de forma isolada, podendo derivar num sentimento de desânimo mais estruturado devido à sua longa evolução e acreditamos que, num número considerável de casos, estes processos culminam em quadros clínicos de Ansiedade e de Perturbações Depressivas.

Para contrariar esta tendência, será necessário implementar uma intervenção multidimensional, que assegure a combinação de medidas orientadas para o profissional, por um lado, e para a organização de todo o Sistema Educativo e do funcionamento de cada Instituição Educativa em particular, por outro.

Neste sentido, torna-se imprescindível reconhecer a importância da qualidade do ambiente dos contextos de trabalho, nomeadamente ao nível das condições de trabalho, do clima social da Escola e do apoio por parte dos pais, apostando em ações preventivas. Variáveis como a valorização social do trabalho destes profissionais, bem como o combate à sobrecarga e ao ritmo de trabalho, que impede a conciliação das exigências familiares com as laborais, revelam-se centrais neste processo.

Especificamente no que respeita aos fenómenos da indisciplina e de violência no contexto escolar, sabemos que os alunos aprendem comportamentos essencialmente através do processo de modelagem. Os profissionais da Educação são importantes modelos de referência e, por esse motivo, o seu equilíbrio emocional e a sua atitude profissional são fundamentais. Neste âmbito, sublinhamos a importância de dotar as Escolas com Assistentes Operacionais com um perfil adequado às funções que desempenham, sobretudo quando lidam diretamente com os alunos, nomeadamente supervisionando espaços de recreio, entre outros. Estes são momentos privilegiados de formação cívica, a qual, na verdade, acontece essencialmente em contexto real de vida, e não em espaços letivos previamente determinados e de carácter expositivo. A não valorização do perfil profissional dos trabalhadores que exercem funções neste setor, bem como a transitoriedade da sua contratação, contribui fortemente para a precariedade do Sistema.

Além disso, não podemos deixar de salientar a correlação entre problemas de comportamento e dificuldades de realização académica. Por este motivo, e numa perspetiva preventiva, salientamos a importância de um maior investimento na qualidade das aprendizagens nos níveis mais precoces da escolaridade – educação infantil e primeiro ciclo do Ensino Básico.

Consideramos fundamental dotar as Escolas de equipas transdisciplinares para colaborar nestes processos – psicólogos, técnicos de serviço social, educadores sociais, entre outros. Defendemos a existência de Serviços de Psicologia – com uma cobertura nacional satisfatória - que orientem os alunos ao longo do seu percurso, a nível escolar e profissional e colaborem com as Direções dos Agrupamentos/Escolas não agrupadas na definição e implementação das suas próprias respostas educativas e medidas de combate ao insucesso académico e ao stress no setor da educação.

A intervenção precoce nos casos de absentismo destes profissionais parece-nos uma possível medida de prevenção secundária, entre outras. Salientamos a importância da criação de sistemas de apoio, nomeadamente de linhas telefónicas de ajuda confidencial e pensamos importante facilitar-lhes o acesso a processos de psicoterapia.

Lígia Couto  
STAAE - Zona Norte


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
E CIÊNCIA**

# LEVAMOS AO MEC VÁRIAS PROPOSTAS SOBRE ORGANIZAÇÃO DO PRÓXIMO ANO LETIVO

Teve lugar no passado dia 13 de fevereiro, em Lisboa, uma reunião entre a Federação Nacional da Educação (FNE) e o secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, João Grancho, para analisar os critérios a que deve obedecer a elaboração do despacho de organização do próximo ano letivo, tendo em linha de conta a apreciação crítica que a FNE faz em relação ao despacho respeitante ao ano letivo em curso.

Nesta reunião, a FNE teve oportunidade de alertar o MEC para a necessidade de não repetir erros do passado e devolver às escolas a serenidade necessária ao seu pleno funcionamento, acentuando o respeito pelo espaço de autonomia que deve ser garantido às escolas e aos seus profissionais. Assim, a FNE levantou junto do secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário algumas questões, de que se destacam as seguintes:

1. A necessidade de cumprimento/respeito pelo limite do tempo de trabalho dos docentes
2. A importância da publicação, atempada, das orientações para o próximo ano escolar, devendo estas, serem o mais claras e completas possível de modo a não haver necessidade de diplomas e esclarecimentos adicionais
3. A discordância da referência no atual despacho à determinação da unidade de trabalho docente como sendo de 1100 minutos de atividade letiva, devendo respeitar-se o que está estabelecido no ECD, no que diz respeito aos tempos letivos para cada ciclo de ensino.
4. A necessidade de definição de novas regras para o desdobramento de turmas.
5. O excesso de número de turmas por professor,

nomeadamente, nas disciplinas com um só bloco semanal, o que implica um exagerado número de alunos por professor.

6. O tempo de redução dos coordenadores de área disciplinar, particularmente dos que coordenam um elevado número de professores e têm um elevado número de turmas, sendo que aquele tempo de redução se revela insuficiente;
7. A necessidade da correção da fórmula de cálculo para determinação dos créditos horários atribuídos às escolas.
8. A necessidade de se definir que os coordenadores de estabelecimento do 1º ciclo com menos de 250 alunos não possam ter turma atribuída.
9. A exigência de que todo o trabalho realizado diretamente com alunos seja incluído na componente letiva dos professores.
10. As deslocações entre escolas do agrupamento para o exercício da atividade docente deverão ser pagas de acordo com o estipulado na lei.

No final, o secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, João Grancho, solicitou à FNE o envio de um documento de apreciações críticas ao despacho 13-A/2012, mostrando-se recetivo às propostas e soluções apresentadas durante a reunião. O documento encontra-se em fase final de elaboração e segue para o MEC até ao final de fevereiro.

Até ao final de março deverão ser publicadas as orientações relativas ao próximo ano escolar, quer o calendário quer as normas de organização do novo ano letivo.

# SINDICATOS DE TODO O MUNDO DISCUTIRAM O FUTURO DA EDUCAÇÃO

Realizou-se a 29 e 30 de janeiro, em Londres, uma conferência que envolveu dirigentes de organizações sindicais da educação de países que fazem parte da OCDE.

O lema desta iniciativa foi "Definir a educação para o interesse público", contando com a presença de 148 participantes de todo o mundo: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Noruega, Nova Zelândia, Polónia, Portugal, Reino Unido, Singapura, Suécia.

A delegação da FNE foi constituída pelo secretário-geral, João Dias da Silva, e pela vice-secretária geral Lucinda Manuela Dâmaso.

Durante dois dias os diversos conferencistas debateram as questões da educação, sublinhando a importância dos professores e de uma educação de qualidade para todos, ao longo da vida.

## As críticas do secretário-geral da IE

Na sessão de abertura, Fred Van Leeuwen, secretário-geral da Internacional da Educação denunciou os discursos que ligam excessivamente a educação e os mercados, lembrando em contraponto o conhecido relatório Delors, de 1996, encomendado pela UNESCO, e que definia educação como um tesouro.

Fred Van Leeuwen referiu seguidamente o difícil momento económico que se vive em muitos países, em resultado de políticas de austeridade que têm sido em vários deles, como a Grécia, a Irlanda, Portugal ou Itália. Mas referiu que, em vez de privatizações e comercializar a educação, há que pôr em funcionamento completo políticas corretas que impeçam a evasão fiscal.

Durante os trabalhos o debate centrou-se nos desafios e as oportunidades que a Educação enfrenta nos países da OCDE.

## Apelo a uma maior ligação entre governos e sindicatos

O segundo dia de trabalhos iniciou-se com uma intervenção de Fernando Reimers, diretor do programa de políticas educativas internacionais da Escola Superior de Educação de Harvard.

A ênfase foi colocada na necessidade de se investir no

aprofundamento das relações entre sindicatos e governos, porque é nestas condições que se têm encontrado soluções melhores e mais duráveis.

Depois, identificou e debateu o que considerou serem os desafios à educação pública: ideologia; equilíbrio entre a equidade e o ajuste financeiro; aumento das expectativas democráticas particularmente em relação aos níveis de participação; a transformação do trabalho; inovação; demografia.

O dia ficou ainda marcado por um novo debate subordinado ao tema "Os sindicatos em período de crise financeira e de privatização", onde foi sublinhada a necessidade de que os sistemas educativos não se sujeitem exclusivamente aos interesses dos empregadores, sem garantir formações de amplo espectro e que valorizem a elevação das qualificações. É por este facto que os sindicatos de professores têm de se preocupar com a composição dos planos de estudos dos alunos.

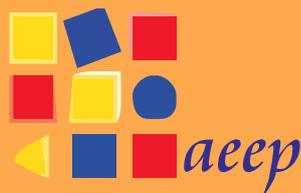
Outro aspeto considerado foi o de uma orientação generalizada no sentido da privatização da educação que nalgumas circunstâncias se tem traduzido na entrega do serviço de educação a empresas sem qualquer experiência ou competências nesta área, com consequências graves nomeadamente em termos da exigência de qualificações adequadas para o ensino, ou de instalações com respeito pelas necessidades de um ensino de qualidade.

## Há 20 anos a trabalhar em prol da Educação

A Internacional da Educação celebrou recentemente o seu vigésimo aniversário, motivo que mereceu a nossa saudação fraterna. Há duas décadas, a 26 de janeiro de 1993, nascia, em Estocolmo, a IE que reunia representantes de várias organizações de trabalhadores da Educação. Vinte anos depois a IE cresceu e soma já 390 organizações, representando 30 milhões de membros oriundos de 175 países e territórios.

A IE reúne, a partir de todo o mundo, uma série de organizações independentes e democráticas representativas de todos os trabalhadores da Educação e com origens políticas e culturalmente diversas.

Graças a uma liderança forte e ao empenho de todos a IE pode congratular-se com conquistas internacionais notáveis. Em conjunto, e através de uma ação concertada, tem sido possível obter conquistas em vários domínios.



UNIÃO DAS MISERICÓRDIDAS  
PORTUGUESAS



## IMPASSE NO SETOR PRIVADO DE EDUCAÇÃO



A última revisão do CCT para o ensino particular e cooperativo – com a AEEP - foi concretizada em agosto de 2011. Para as instituições ligadas às Misericórdias e para as instituições de solidariedade social, a última revisão dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho ocorreu em 2010 e 2012 respetivamente. Daí para cá a única iniciativa de revisão coube à AEEP que propôs o congelamento das progressões na carreira e o agravamento do horário de trabalho dos docentes e pessoal de apoio educativo do ensino particular e cooperativo. A FNE rejeitou negociar a proposta da AEEP, porque seguia o caminho, já iniciado e imposto pelo governo no setor público, o da degradação das condições de trabalho dos trabalhadores do setor privado da educação.

Paralelamente, a CNIS e a UMP, associações que representam as instituições das Misericórdias e as instituições de solidariedade social respetivamente, prosseguem o caminho da resistência à negociação coletiva, recusando-se a negociar alterações aos instrumentos de regulamentação de trabalho.

Finalmente, e em relação às escolas profissionais, as negociações que estavam a decorrer com a respetiva associação, a ANESPO, foram interrompidas pela parte desta associação. Cremos que esta decisão, para além de aspetos que têm a ver com as especiais dificuldades que as empresas hoje enfrentam, tem em linha de conta alterações organizativas em curso.

Com a entrada do FMI em Portugal, a pressão sobre o Governo para que os sindicatos sejam afastados das negociações coletivas tem sido um facto. Objetivamente pretende-se impedir que os sindicatos intervenham nos locais de trabalho, junto dos trabalhadores, um propósito que, desde há muito tempo, vem ao encontro das pretensões de muitas entidades patronais. Deste modo, o espírito da contratação coletiva ficaria totalmente esvaziado em prol de uma negociação individualizada. Se assim acontecesse, a força dos trabalhadores nas suas reivindicações ficava destruída, prevalecendo uma luta desigual entre trabalhador e patrão, na determinação da melhoria das condições de trabalho nas instituições e nas empresas em geral.

A FNE, neste quadro difícil que os trabalhadores atravessam de dificuldade da contratação coletiva, tudo fará para que não se caia na tentativa de alguns empresários, em resolver, por um lado os contratos coletivos de trabalho em vigor, usando o mecanismo da caducidade e, por outro lado, em desregular, ao máximo, as relações laborais do setor privado da educação.

José Ricardo Nunes  
Vice Secretário-Geral da FNE

